

Evolução e Estrutura Regional  
das Classes Sociais em Portugal (1960-70)

JOÃO FERRÃO

INTRODUÇÃO

A publicação, nos finais da década de 60 e no início dos anos 70, dos trabalhos de N. POULANTZAS (1968, 1974) e P.-PH. REY (1973) dedicados à temática das classes sociais permitiu um renovado interesse sobre este tipo de questões e, sobretudo, uma importante reorientação teórica neste campo de análise. Também em Portugal essa influência, que não se limita àqueles autores mas se alarga às preocupações mais vastas que entroncam, na generalidade, no trabalho desenvolvido pela «Nouvelle École Française», se fez sentir. De facto, a consulta da bibliografia onde o tema das classes sociais mereceu especial atenção é bem evidente nesse sentido, quer pela data de publicação quer pela filiação teórica revelada, implícita ou explicitamente, em grande parte dos textos produzidos. De âmbito variado, cabe aqui realçar os estudos de F. MEDEIROS (1976, 1978) e E. FREITAS, FERREIRA DE ALMEIDA e M. VILLAVERDE CABRAL (1976) no sector da agricultura, de A. TEIXEIRA DE SOUSA e E. FREITAS (1974) em relação à indústria, de A. SEDAS NUNES e D. MIRANDA (1969), E. FREITAS (1973) e RAMIRO DA COSTA (1975), de carácter mais global e, finalmente, as contribuições essencialmente teóricas de J. FERREIRA DE ALMEIDA (1981) e J. MOZZICAFREDO (1981).

No trabalho que agora se apresenta pretende-se analisar as classes sociais como manifestação concreta da articulação regional

de diferentes modos ou estádios de produção a partir da presença, em termos numéricos, de determinados grupos sociais. Isto é, o objectivo desta investigação aponta para a identificação e delimitação de formações sociais regionais que elucidem o modo como as várias parcelas do território nacional se encontram integradas a partir de um processo de divisão territorial do trabalho historicamente desenvolvido. A análise refere-se aos anos de 1960 e 70 e tem por base espacial o concelho.

A determinação da estrutura regional de classes para aquela última data assentou, na generalidade, nas bases conceptuais apresentadas por N. POULANTZAS (1974). O Quadro I resume os critérios utilizados na delimitação das várias classes e fracções de classe, constituindo o lugar ocupado por cada uma delas no processo produtivo o elemento caracterizador primordial.

Consideraram-se três oposições fundamentais: existência/inexistência de propriedade económica e/ou posse: trabalho produtivo/improdutivo e trabalho intelectual/manual, sendo os dois primeiros de carácter económico e o terceiro de índole político-ideológica, como adiante se justificará.

A primeira oposição (existência/inexistência de propriedade económica e/ou posse) permite, desde logo, definir dois grandes conjuntos. Por um lado (A), aqueles que se apropriam da riqueza produzida, pelas relações de propriedade económica<sup>(1)</sup> (i. e., controlo dos meios de produção) e/ou posse (controlo do processo de trabalho) que mantêm, correspondem, fundamentalmente, às instâncias dirigentes mas também a formas de produção mercantil simples. Estes dois conjuntos serão posteriormente diferenciados através da utilização de critérios político-ideológicos. Por outro (B), aqueles que não desenvolvem relações de propriedade económica e/ou posse

<sup>(1)</sup> A propriedade económica pode ou não coincidir com a propriedade jurídica. Em Portugal, os casos mais vulgares de dissociação das duas formas de propriedade são, na agricultura, a situação em que se encontram os proprietários fundiários absentistas (propriedade jurídica mas não económica) e os respectivos rendeiros capitalistas (propriedade económica mas não jurídica) e, nos vários sectores de actividade mas com especial relevo para a indústria, a generalização das sociedades por acções (a detenção minoritária de uma empresa por outra pode, por exemplo, ser suficiente para a controlar economicamente, através de políticas bancárias ou outras).

QUADRO I  
Critérios de Delimitação de Classes e Fracções de Classe

POSIÇÃO NO PROCESSO PRODUTIVO			
	Relações económicas (apropriação)	Relações político-ideológicas (controlo)	Classes e fracções de classe
Instâncias dirigentes e formas de produção mercantil simples	A —  Propriedade económica (controlo dos meios de produção) e/ou posse (controlo do processo de trabalho)	A <sub>1</sub> Poder	Burguesia
		A <sub>2</sub> Ausência de exploração directa de trabalho assalariado	Pequena burguesia tradicional e campesinato
Instâncias subalternas	B —  Inexistência de propriedade económica e posse	B <sub>1</sub> Trabalhadores não produtivos	B <sub>1.1</sub> (2) Domínio (autoridade e saber)  B <sub>1.2</sub> Hierarquia, no seu seio, baseada em relações indizidas de autoridade e saber
		B <sub>2</sub> Trabalhadores produtivos	B <sub>2</sub> Relações hierárquicas, no seu seio, pouco acentuadas

e que se identificam, na globalidade, como instâncias subalternas que, necessitando de vender a sua força de trabalho para sobreviverem, apresentam em comum o facto de serem assalariados.

O recurso à segunda oposição (trabalho produtivo/trabalho improdutivo) permite uma nova distinção dentro deste último conjunto (B). Para N. POULANTZAS, o conceito de trabalho produtivo encontra-se ligado à ocorrência de três elementos. Assim, apenas será considerado como tal o trabalho que, simultaneamente, corres-

<sup>(2)</sup> Inclui, de facto, alguns trabalhadores considerados como «produtivos» por N. POULANTZAS. Tal é o caso dos técnicos directamente implicados no processo de trabalho dos produtores directos (B<sub>2</sub>). Contudo, o papel ideológico que desempenham através da função de coordenação baseada num certo saber técnico define-lhes um lugar contraditório de classe e justifica a sua inserção neste grupo.

ponder às relações de exploração dominantes em cada modo de produção (portanto, burguesa/proletariado no caso presente), criar mais-valia e revestir a forma de mercadoria, ou seja, de riqueza material. Esta distinção, certamente uma das mais discutíveis dentro do conjunto de critérios utilizados por aquele autor<sup>(3)</sup>, permite subdividir o conjunto dos assalariados em dois subconjuntos: assalariados não produtivos — B<sub>1</sub> (denominados «nova pequena burguesia»), que não produzem mas apenas realizam mais-valia e cuja exploração se efectua por extorsão directa de sobretrabalho, e assalariados produtivos — B<sub>2</sub> (proletariado), explorados, esses sim, através da produção de mais-valia. Os primeiros correspondem aos assalariados da administração, comércio e serviços, os segundos aos assalariados (proletários) agrícolas e industriais.

A utilização de critérios político-ideológicos, isto é, as relações de controlo que se estabelecem durante o processo produtivo, permite distinguir dentro do conjunto A, como anteriormente se afirmou, as instâncias dirigentes das formas de produção mercantil simples. De facto, enquanto as primeiras (A<sub>1</sub>), dado o controlo dos meios de produção (propriedade económica) e/ou do processo de trabalho (posse) que exercem, desenvolvem relações de *poder* em relação às diferentes classes subalternas (assalariados), o mesmo não se passa em relação às segundas. Nestas formas de produção mercantil o proprietário é, simultaneamente, um trabalhador directo que geralmente não recorre a trabalho assalariado, caracterizando-se, portanto, pela ausência de exploração directa de mão-de-obra remunerada. O subconjunto A<sub>1</sub> inclui as diferentes fracções da burguesia (definidas, estatisticamente, como patrões, pessoas vivendo de rendimentos e quadros superiores e dirigentes de empresas)<sup>(4)</sup>. Em A<sub>2</sub> encontram-se englobadas as várias fracções não especificamente capitalista, geralmente consideradas como formas de transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista: pequena burguesia tradicional (estatisticamente coincidindo com os «isola-

(3) A título exemplificativo, vejam-se as críticas que lhe são dirigidas em vários artigos do n.º 19 da revista *Critique de l'Economie Politique*, 1975, dedicado em grande parte à questão da delimitação das classes sociais, e ainda o texto, já referido, de J. MOZZICAFREDO.

(4) Os primeiros detêm geralmente a propriedade económica e a posse do processo produtivo, os segundos limitam-se muitas vezes ao primeiro daqueles aspectos e os últimos restringem-se quase sempre, dado o papel de gestão que lhes é atribuído, ao controlo do processo de trabalho (posse).

dos» da indústria, do comércio e dos serviços) e campesinato («isolados» da agricultura).

Também o subconjunto B<sub>1</sub> pode ser internamente diferenciado, tendo como base a terceira oposição — trabalho manual/trabalho intelectual. Não se trata, ao contrário do que poderá parecer, de uma dicotomia de carácter essencialmente técnico mas sim político-ideológico, na medida em que essa diferenciação corporiza e veicula a reprodução das relações de denominação/subordinação que se estabelecem, através do grupo B<sub>1.1</sub>, entre as instâncias dirigentes e os restantes grupos subalternos. De facto, embora igualmente pertencentes ao vasto subconjunto B<sub>1</sub>, os elementos incluídos em B<sub>1.1</sub> desenvolvem relações de *domínio* sobre B<sub>1.2</sub> e B<sub>2</sub>, quer controlando o trabalho destes últimos (capatazes, contramestres chefes de secção, etc.) quer através de um certo monopólio do saber (técnicos, professores, membros do clero, jornalistas, etc.). Justifica-se, assim, que se considerem duas fracções distintas dentro da nova pequena burguesia (N. P. B.) — N. P. B. I., cujas relações de domínio se acabam de descrever, e a N. P. B. II, que inclui os restantes assalariados da administração, comércio e serviços. É certo que também no interior desta última fracção, especialmente nos sectores mais burocratizados, existem relações hierárquicas de autoridade e saber técnico — daí a importância das promoções para estes agentes subalternos. Contudo, as hierarquizações que assim se definem nunca atingem a amplitude do domínio exercido pelos elementos incluídos em B<sub>1.1</sub>. O mesmo se poderá dizer, aliás com maior razão de ser, das situações de dependência que se verificam no seio do proletariado.

A conjugação das três oposições referidas permite-nos, pois, a delimitação de sete classes e fracções de classes: burguesia, nova pequena burguesia I e II, proletariado agrícola e proletariado industrial — especificamente capitalistas — e pequena burguesia tradicional e campesinato — não capitalistas.

Coloca-se agora o problema da articulação com o material empírico disponível, fornecido pelo I. N. E. A informação utilizada diz respeito à população residente, com actividade económica e a exercer uma profissão, e permite cruzar os vários grupos profissionais com a respectiva situação na profissão.

As limitações são, no entanto, numerosas e bem conhecidas: J. MOZZICAFREDO (1981) chama a atenção para o facto de a classificação utilizada pelo I. N. E. ter subjacente a teoria da estratificação

social e refere a ausência de dados relativos, por exemplo, à existência de assalariados temporários, aos níveis de qualificação e a uma maior especificação interna a cada uma das categorias profissionais; J. FERREIRA DE ALMEIDA (1981) lembra, por sua vez, a necessidade de se ter em conta as trajectórias sociais, individuais e colectivas, e de se considerar o «grupo doméstico» como referência analítica. Outras limitações se poderiam ainda apontar, a menor das quais não será o facto de a informação recolhida, referente ao Censo de 1970, corresponder a uma amostra a 20 %, com a agravante, neste caso, de ser analisada a um nível espacial muito desagregado (concelho).

#### CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS EM PORTUGAL: 1960-70

A análise da evolução da população do Continente, por classes e fracções de classe, sectores de actividade e no seu conjunto, permite realçar os seguintes aspectos:

1— O total de população do Continente decresceu 2,6 % entre 1960 e 1970, isto é, o equivalente a cerca de 220 000 pessoas. Sabendo-se que o saldo fisiológico se computou aproximadamente em 1 000 000 e que o número de emigrantes retornados não chegou a perfazer o total de 20 000, fácil se torna apontar o processo emigratório como principal responsável por aquele decréscimo. De facto, os valores acima referidos permitem admitir que a emigração, durante a década de sessenta, envolveu cerca de 1 200 000 pessoas, embora legalmente pouco tenha ultrapassado as 600 000.

Durante o mesmo período, a população activa e a população «especificamente capitalista» diminuíram, respectivamente, 14,5 e 19,4 %, o que não deixa de se relacionar com o carácter selectivo da emigração.

2— Os decréscimos referidos no ponto anterior não se fizeram sentir, contudo, de igual modo nos diferentes sectores de actividade. De facto, o total de população empregada na agricultura diminuiu consideravelmente ( $-37,2\%$ ), o sector industrial praticamente estagnou ( $-4,5\%$ ) e as actividades terciárias sofreram um acréscimo de 17,5 %<sup>(5)</sup>. Também o recuo do conjunto das classes e frac-

ções especificamente capitalistas, embora generalizado, afectou com especial relevo o sector agrícola, aliás aquele onde o seu peso era já menor.

Por outro lado, a semelhança entre os valores respeitantes à percentagem de população especificamente capitalista em Portugal e Espanha, no ano de 1970 (Quadro II), não deixa de ser significativa, na medida em que sugere a existência de mecanismos estruturais que ultrapassam o caso português.

#### QUADRO II

Percentagem de População especificamente Capitalista<sup>(5)</sup>,  
por Sectores de Actividade

Sectores de actividade	PORTUGAL		ESPAÑHA
	1960	1970	1970
Agricultura .....	78.7	58.9	57.9
Indústria .....	95.0	91.7	94.5
Terciário .....	90.4	87.9	86.6

Fonte. I. N. E. e A. Miguel (1977)

Embora posuam um certo poder indicativo, os resultados agregados por sectores de actividade são manifestamente insuficientes, pelos contrastes regionais e de classe que ocultam. Torna-se, por isso, necessário proceder a análises mais finas, que permitam superar essas limitações.

3— De modo a esclarecer o primeiro daqueles aspectos, representa-se na Figura 1 a evolução comparativa da população residente, activa e especificamente capitalista entre 1960 e 1970. Definiram-se seis grupos de concelhos, de acordo com as variações percentuais verificadas em cada um deles, tendo como referência os valores médios nacionais. Embora a multiplicidade de situações torne difícil a sua redução a um número tão restrito de casos-tipos, incorrendo-se no perigo de se aparentar uma uniformidade de comportamento que, de facto, nem sempre existe, o padrão que se desenha é sufi-

(5) Não se considerou, nas percentagens calculadas, o total de activos não remunerados, dado que a informação disponível para 1960 não se encontra desagregada por sectores de actividade. Creemos, contudo, que os resultados não difeririam de modo considerável daqueles que se obtiveram.

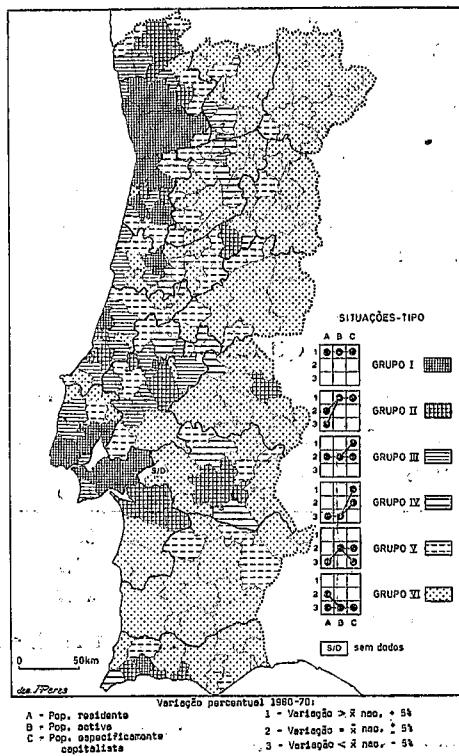


Fig. 1 — Evolução comparativa da população residente, activa e especificamente capitalista: 1960-70

cientemente claro para demonstrar a diferente incidência regional dos fenómenos em causa. Essa diferenciação é, afinal, o resultado da desigual distribuição geográfica das várias classes e do modo como cada uma delas foi afectada e «reagiu» à evolução da formação social portuguesa.

A oposição entre o comportamento das áreas rurais e industriais e, dentro destas, o contraste introduzido pelo próprio processo de industrialização dominante (por exemplo, concelhos com um desenvolvimento industrial mais acentuado e tecnologicamente mais avançado — como nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto — e regiões com unidades mais arcaicas e menor poder de criação e conversão de emprego — têxteis da serra da Estrela, centros conserveiros do litoral, triângulo industrial Torres Novas-To-

mar-Abrantes) são suficientes para deixar adivinhar alguns dos factores explicativos do padrão detectado.

De facto, é nas áreas rurais que a diminuição de população activa e o retrocesso dos grupos especificamente capitalistas atingem valores mais elevados, ultrapassando largamente o decréscimo médio nacional (Grupo 6). Pelo contrário, o Grupo 1 coincide quase que exclusivamente com as áreas onde a penetração do modo de produção capitalista é mais acentuada, isto é, em torno das duas principais cidades portuguesas, com extensões, no caso do Porto, em direcção a Braga, Amarante e Aveiro. Repare-se, ainda, que os concelhos integrados no Grupo 3, aquele que mais se aproxima do comportamento médio nacional, se distribuem, na sua quase totalidade, na faixa litoral entre Lisboa e Viana do Castelo e correspondem, na sua maioria, a áreas de industrialização média, aliada, por vezes, a um certo desenvolvimento urbano.

Os resultados obtidos apontam, agora, para a necessidade de se conhecer o comportamento de cada um dos grupos sociais inicialmente referidos, não só no que diz respeito à sua evolução global entre 1960 e 1970 como ainda à diferente implantação regional que cada um deles possui.

4 — O Quadro III retrata a evolução, em valores absolutos e percentuais, dos referidos grupos, por vezes ainda discriminados, como no caso da burguesia e da pequena burguesia tradicional, por sectores de actividade. As percentagens foram calculadas em relação ao total de população activa, com excepção dos elementos considerados pelo I. N. E. como «trabalhadores não classificados» (pessoas à procura do primeiro emprego, trabalhadores com declaração insuficiente, pessoas que não declararam profissão, e forças armadas) ou com situação na profissão indevidamente especificada. Dado que essa informação diz respeito apenas à população com actividade económica a exercer uma profissão, ficam automaticamente excluídos os que vivem apenas de rendimentos e que constituem, como se sabe, uma importante parcela da burguesia<sup>(6)</sup>.

Figuram, em anexo, dois quadros indicativos da conversão da classificação do I. N. E. para as classes e fracções de classe aqui

(6) De facto, foram recenseadas, para 1960 e 1970 respectivamente, 138 165 (62 391 homens e 75 774 mulheres) e 125 155 (65 055 e 60 100) pessoas vivendo exclusivamente de rendimentos, o que significa que o valor para aquela última data ultrapassa o total das restantes parcelas da burguesia (84 695).

QUADRO III

Evolução das diferentes Classes e Fracções de Classe entre 1960 e 1970

233

Classes e fracções de classe	Sexo	1960		1970		Val. abs.	Δ %		
		Total	%	Total	%				
Burguesia	Agricultura	H	70 669	2.1	15 975	.6	— 77.4	— 71.4	
		M	5 408	0.2	1 350	.06	— 75.0	— 75.0	
		HM	76 077	2.3	17 325	.6	— 77.2	— 73.9	
		H	45 016	1.4	17 370	.6	— 61.4	— 57.1	
	Indústria	M	2 343	.1	1 115	.04	— 52.4	— 60.0	
		HM	47 359	1.5	18 485	.6	— 61.0	— 60.0	
		H	69 696	2.1	42 530	1.5	— 39.0	— 28.6	
	Outros (?)	M	5 381	.2	6 355	.2	— 18.1	0.0	
		HM	75 077	2.3	48 885	1.7	— 34.9	— 26.1	
		Total	H 185 381	5.6	75 875	2.7	— 59.1	— 51.8	
		M	13 132	.4	8 820	.3	— 32.8	— 25.0	
		HM	198 513	6.0	84 695	3.0	— 57.3	— 50.0	
Proletariado	Agricultura	H	857 201	25.8	376 145	13.2	— 56.1	— 48.8	
		M	81 484	2.5	83 640	3.0	— 2.7	20.0	
		HM	938 685	28.3	459 785	16.2	— 51.0	— 42.8	
		H	852 328	25.7	750 480	26.5	— 12.0	3.1	
	Indústria	M	166 989	5.0	214 120	7.5	— 28.2	50.0	
		HM	1 019 317	30.7	964 600	34.0	— 5.4	10.8	
		Total	H 1 709 529	51.5	1 126 625	39.7	— 34.1	— 22.9	
		M	248 473	7.5	297 760	10.5	— 19.8	40.0	
		HM	1 958 002	59.0	1 424 385	50.2	— 27.1	— 14.9	
	Nova Pequena Burguesia	N. P. B. I (8)	H	44 592	1.3	86 105	3.0	93.1	130.8
		M	43 248	1.3	54 155	1.9	25.2	46.2	
		HM	87 840	2.6	140 260	4.9	59.7	88.5	
		N. P. B. II	H	247 787	7.5	295 825	10.4	19.4	38.7
		M	236 706	7.1	254 505	9.0	7.5	26.8	
		HM	484 493	14.6	550 330	19.4	13.6	32.9	
Classes especificamente capitalistas	Total	H	292 379	8.8	381 930	13.4	30.6	52.3	
		M	279 954	8.4	308 660	10.9	10.3	29.8	
		HM	572 333	17.2	690 590	24.3	20.7	41.3	
		Total	H 2 178 289	65.8	1 584 430	55.8	— 27.6	— 15.2	
		M	541 559	16.3	615 240	21.7	— 13.6	5.4	
		HM	2 728 848	82.1	2 199 670	77.5	— 19.4	— 5.6	

(Continua)

(Continuação)

Classes e fracções de classe	Sexo	1960		1970		Val. abs.	Δ %	
		Total	%	Total	%			
Campesinato e Pequena Burguesia Tradicional	Indústria	H	258 078	7.8	293 410	10.3	— 13.7	32.1
		M	16 817	.5	39 925	1.4	— 137.5	180.0
		HM	274 895	8.3	333 335	11.7	— 21.3	41.0
		H	42 567	1.3	69 775	2.5	— 63.9	92.3
	Agricultura	M	13 094	.4	18 775	.7	— 43.4	75.0
		HM	55 661	1.7	88 550	3.2	— 59.1	88.2
		H	55 945	1.7	78 935	2.8	— 41.1	64.7
	Outros	M	13 061	.4	23 295	.8	— 78.4	100.0
		HM	69 006	2.1	102 230	3.6	— 48.2	71.4
		Total	H 356 590	10.7	442 120	15.6	— 24.0	45.8
		M	42 972	1.3	81 995	2.9	— 90.8	123.1
		HM	399 562	12.0	524 115	18.5	— 31.2	54.2
Não Remunerados	H	177 507	5.3	63 755	2.3	— 64.1	— 56.6	
	M	16 849	.6	52 020	1.8	— 208.7	260.0	
	HM	194 356	5.9	115 775	4.1	— 40.4	— 30.5	
	Total	H 534 097	16.1	505 875	17.8	— 5.3	10.6	
Classes não especificamente Capitalistas	M	59 821	1.8	134 015	4.7	— 124.0	161.1	
	HM	593 918	17.9	639 890	22.5	— 7.7	25.7	
	Total Pop. Activa (excepto activos não especificados e pessoas a prestar Serviço Militar)	H 2 721 386	81.5	2 090 305	73.6	— 23.2	— 10.1	
	M	601 380	18.1	749 255	26.4	— 24.6	45.9	
	HM	3 322 766	100.0	2 839 560	100.0	— 14.5	—	

Fonte: I. N. E.

definidas. Por outro lado, e porque a forma de arrumação dos dados por parte daquele organismo não é coincidente para as duas datas analisadas (1960 e 1970), existem casos em que não foi possível uma identificação total no que respeita aos critérios de delimitação e definição dos vários grupos sociais. Essas situações, devidamente assinaladas, não são, no entanto, suficientemente numerosas ou graves de modo a impedirem uma leitura comparativa da informação disponível.

(7) Os isolados dos grupos sócio-profissionais «profissões científicas e liberais» e «quadros superiores» (!), que para 1970 foram incluídos nesta fracção da burguesia, encontram-se englobados, para 1960, na pequena burguesia tradicional. Isso significa que tanto o decréscimo verificado pela «burguesia-outros» como o acréscimo da «nova pequena burguesia-outros» foram, na realidade, mais acentuados do que poderá transparecer das percentagens calculadas.

(8) Os dados referentes a 1960 apenas incluem os assalariados das «profis-

Três aspectos fundamentais parecem realçar-se da leitura do Quadro III: um acentuado avanço das classes e fracções não capitalistas e consequente recuo das formações especificamente capitalistas, que, entretanto, observam um crescente processo de polarização (visível, por exemplo, pelo aumento do número de assalariados por patrão) (4.1); um avanço, embora menos acentuado, do conjunto dos assalariados não produtivos, acompanhado, igualmente, por uma polarização interna mais marcada (4.2) e, finalmente, um maior peso percentual da força de trabalho feminina, com especial incidência nos grupos não capitalistas ou capitalistas subalternos, o que não só se relaciona claramente com os aumentos acima referidos como evidencia o significado do modo como (e quando) a ela se recorre (4.3).

4.1) De facto, uma observação cuidadosa dos resultados obtidos permite verificar que, das sete classes e fracções que sofreram um nítido acréscimo entre 1960 e 1970 (isto é, superior a 40 %), apenas uma — a nova pequena burguesia I, sector masculino — é especificamente capitalista. No pólo oposto, das sete que viram diminuir claramente os seus efectivos (< 40 %), apenas duas — elementos masculinos do proletariado agrícola e não remunerados, portanto fundamentalmente do sector da agricultura se atendermos às características dos segundos — não pertencem a uma das fracções da burguesia. Com uma evolução intermédia coloca-se a maior parte das classes capitalistas subalternas, produtivas ou não.

A questão do avanço das classes até aqui consideradas como não capitalistas exige um melhor esclarecimento acerca da sua génesis e do seu significado.

Na realidade, se na década de 60, e ainda hoje, era possível a existência de formas praticamente à margem da circulação mercantil (autoconsumo), de que algumas das pequenas unidades agrícolas de montanha do Minho constituem um óptimo exemplo, nem por isso aquelas classes deixam, na maior parte dos casos, de se encontrar claramente subordinadas ao modo de produção capitalista: umas vezes através da esfera da circulação, já que a pequena produção mercantil, a partir do momento em que se insere na lógica global de mercado, conduz a uma série de relações de dependência, quer a montante (fornecimento de matérias-primas e instrumentos de trabalho, recurso ao crédito, etc.) quer a jusante (circuitos de comercialização, articulação produtor ou fornecedor de bens e ser-

viços/consumidor); outras, através da esfera da produção, como assalariados temporários no mesmo ou outro sector de actividade<sup>(9)</sup>. Um e outro casos são de difícil quantificação, dado o tipo de informação que se dispõe. O conhecimento empírico da realidade portuguesa aponta, no entanto, para a verificação de que, se a segunda situação parece ter perdido importância nos últimos tempos, o mesmo não se poderá dizer em relação à primeira.

A redução do peso dos assalariados no seu conjunto (sector de submissão real do trabalho ao capital e, por isso, especificamente capitalista) não significa, pois, o recuo das formas capitalistas mas prende-se, isso sim, com as diferentes modalidades de subordinação àquele modo de produção. Afirman E. FREITAS, J. FERREIRA DE ALMEIDA e M. VILLAVERDE CABRAL (1976): «Vimos que uma certa evidência empírica nos permite recusar a linearidade da resposta tradicional, a que afirmava a inevitável ligação da dominação do modo de produção capitalista ao desenvolvimento das relações especificamente capitalistas na agricultura (em que ao produtor directo expropiado dos meios de produção se contrapõe o não trabalhador proprietário desses meios, detentor portanto do capital). Na verdade, coexistem na agricultura de forma durável dois sectores diferenciados: o sector da submissão real e o sector da submissão formal do trabalho ao capital. Diferenciados pelas relações de produção e portanto pelas classes sociais envolvidas, diferenciados pela estrutura do processo de trabalho e pelas formas de apropriação do excedente, os dois sectores constituem a complexa estrutura agrícola portuguesa entendida como a materialização de um sistema geral de relações sociais que são igualmente relações de forças».

Ora, o que aqui se expõe em relação à agricultura pode alargar-se aos restantes sectores de actividade, desde que se tenha em conta que, ao contrário daquela, estes últimos se encontram, na generalidade, em expansão. De facto, o aumento de trabalho isolado na indústria e serviços (que, por vezes, dificilmente se distingue: o trabalho de um canalizador pertence a qual deles?) liga-se, em grande parte, à expansão do consumo individual (generalização de novas

(9) F. MEDEIROS (1976) chama a atenção para o facto de os movimentos internos sazonais, especialmente dirigidos para o vale do Douro (rogas) e Alentejo (ratinhos, gaibéus, etc.), constituir uma forma de articulação de diferentes modos de produção dentro de um mesmo sector de actividade (agricultura).

«necessidades» e novos padrões de consumo) enquanto na agricultura resulta, muitas vezes, da conversão de anteriores formas de trabalho por questões de sobrevivência económica. A variação percentual da mão-de-obra feminina, dado o carácter subalterno e de recurso que lhe é atribuído, é bem explícita nesse sentido: entre 1960 e 70 a sua participação dentro das formas não capitalistas ou, de modo mais correcto, não especificamente capitalistas, aumentou 208,7 % nos «não remunerados» (essencialmente agrícolas) e 137,5 % na agricultura, mas apenas 78,4 % nos serviços e 43,4% na indústria. Também o facto, empiricamente detectável, de parte dos isolados agrícolas em 1970 terem ocupado uma posição de patrão em 1960 e, pelo contrário, ser certamente relevante o número de assalariados que nos outros sectores se autonomizam, começando a trabalhar por conta própria, constitui mais uma prova da diferenciação referida. Num caso como no outro, contudo, a articulação social entre sectores de submissão formal (trabalho isolado) e real (trabalho assalariado) não deixa de reflectir o crescente processo de segmentação da produção, que na agricultura se revela sobretudo por uma certa especialização de culturas e nos restantes sectores se traduz pela dissociação de várias fases de trabalho e que pode assumir formas tão distintas como a «cooperação simples» (o mecânico, o electricista e o bate-chapas que, mantendo a sua situação de «isolados», se complementam no seu trabalho) ou o regime de subcontratação (a costureira que trabalha ao domicílio para vários atelieres de costura, abastecedores de lojas de moda).

O recuo das classes especificamente capitalistas é, no entanto, acompanhado por um nítido processo de concentração da produção, de que o número de assalariados por patrão é bem revelador: o seu valor, em 1960, era de 12 para a agricultura e 22 para a indústria, tendo passado, respectivamente, para 27 e 52. Se estes números pecam por excesso, nomeadamente os que dizem respeito ao sector agrário, é difícil de o dizer. Na realidade, a classificação de «patrão» e «assalariado» é sobretudo ambígua no campo da agricultura, onde milhares de camponeses apenas temporariamente assumem uma dasquelas situações. Ainda assim, e como tendência, parece indescritível o avanço da concentração da produção.

E. FREITAS, J. FERREIRA DE ALMEIDA e M. VILLAPERDE CABRAL (1976) referem que o desaparecimento, na agricultura, de um elevado número de patrões, pequenos na sua maioria, se deve

ao facto de terem passado a isolados ou por, simplesmente, terem abandonado a actividade agrícola. A compreensão dos mecanismos que levaram à quebra tão marcada de todas as fracções da burguesia (à excepção dos que vivem exclusivamente dos seus rendimentos, com um ligeiro decréscimo de 9,4%, e dos patrões femininos de comércio e serviços, com um aumento de 18,1%) implica o conhecimento do modo como os movimentos migratórios actuaram sobre os vários grupos sociais, o número e tipo de novos postos de trabalho criados na década analisada e a matriz de mobilidade interprofissional para o mesmo período.

Sendo manifestamente impossível proceder-se, com a informação de que se dispõe, a uma análise desse tipo, parece, no entanto, lícito estabelecer uma estreita relação entre a evolução do número de patrões e isolados dos vários sectores, para a década de 60. De facto, não deixa de ser sugestiva a semelhança entre os resultados que se obtêm quando se calcula a variação que cada um daqueles grupos sofreu, sobretudo se analisados globalmente ou ainda por sectores de actividade (Quadro IV).

#### QUADRO IV

Variação, em valores absolutos, do número de patrões e isolados entre 1960 e 1970

Sectores de actividade	Sexo	Patrões	Isolados
Agricultura	H	— 54 694	+ 35 332
	M	— 4 058	+ 23 108
	HM	— 58 752	+ 58 440
Indústria	H	— 27 646	+ 27 208
	M	— 1 228	+ 5 681
	HM	— 28 874	+ 32 889
Outros	H	— 27 166	+ 22 990
	M	+ 974	+ 10 234
	HM	— 26 192	+ 33 224
<i>Total</i> .....		— 113 818	+ 124 553

Fonte: I. N. E.

O mesmo não sucede, contudo, quando se separam e compararam esses valores por sexos, já que o acréscimo de isolados masculinos fica sempre aquém da diminuição de patrões do mesmo grupo,

enquanto a situação para o sexo feminino é exactamente a oposta; sendo especialmente marcante para a agricultura, este facto é suficientemente generalizado para que dele se tirem algumas ilações. Se se tiver, finalmente, em conta que é apenas no sector agrícola que o aumento verificado de isolados não chega a cobrir o total de perdas do respectivo sector patronal, podem confirmar-se, e mesmo alargar-se, algumas das observações anteriores.

Assim, o carácter subalterno da agricultura e da força de trabalho feminina vem bem realçado pela evolução ocorrida naquele sector. De facto, os resultados obtidos apontam para as duas situações detectadas por E. FREITAS, J. FERREIRA DE ALMEIDA e M. VILLAVERDE CABRAL (1976) — passagem de parte do sector patronal à condição de isolado e abandono das actividades agrícolas — que se podem, inclusivamente, articular entre si, deixando entrever que o acentuado recurso a elementos femininos é, em grande parte, consequência de um processo migratório sectorial e/ou geográfico por parte dos respectivos cônjuges. O caso mais típico será, talvez, o do pequeno patrão que, emigrando, confia a exploração das suas terras, agora sem assalariados e com um papel secundário dentro do conjunto do rendimento familiar, à mulher. Mas o mesmo se passa quando o chefe de família migra para outras áreas do país ou, simplesmente, obtém um novo emprego noutra sector de actividade mas no próprio local de residência. Em qualquer destes casos, em que o primeiro é, certamente, o mais importante, o aumento do campesinato e, portanto, das formas não especificamente capitalistas traduz a articulação social e territorial de sectores desigualmente desenvolvidos, em termos capitalistas. Daí que, se a análise da formação social portuguesa se alargasse à população emigrada, o peso das várias classes e fracções de classe consideradas seria sensivelmente diferente, nomeadamente no que respeita à importância dos dois conjuntos definidos como «não capitalistas» e «especificamente capitalistas»<sup>(10)</sup>.

(10) A crescente internacionalização dos aspectos sociais e económicos obriga a que, cada vez mais, as análises efectuadas ultrapassem as fronteiras do Estado-Nação, de modo a abranger o conjunto, mais vasto, de relações em que este se insere.

No caso presente, a compreensão correcta das estruturas em estudo impõe uma referência mínima à população emigrada que, residindo no estrangeiro, se articula estreitamente com a que vive no país. Se se considerar que, como já foi

O aumento de isolados na agricultura não se limita, contudo, a este tipo de situações. Embora traduzindo-se numericamente por resultados semelhantes, ele pode, pelo contrário, corresponder à expansão de formas mais avançadas de produção mercantil, em que as forças produtivas (mecanização, recurso a fertilizantes, etc.) atingem um considerável grau de desenvolvimento e permitem, mesmo, dispensar o recurso à mão-de-obra assalariada.

Já não se trata, pois, de evidenciar a clivagem existente, dentro das actividades agrícolas, entre os sectores de submissão formal e real, mas, dentro daquele, identificar com clareza que por detrás de uma mesma denominação — isolados — se encontram formas de exploração bem distintas, correspondentes a estádios também distintos da evolução do modo de produção capitalista dentro da sociedade portuguesa.

O acréscimo da pequena burguesia tradicional, isto é, dos isolados dentro da indústria, comércio e serviços — que, embora também fortemente relacionados com a quebra do sector patronal se parece basear ainda, com certo peso, em ex-assalariados — encerra a mesma oposição. Na realidade, a expansão do consumo individual, criando condições favoráveis para a proliferação de actividades «por conta própria», aponta, se não para o reforço pelo menos para a persistência deste grupo, no seu conjunto e, em especial, das suas formas mais avançadas, o que, no mínimo, constitui uma clara contradição em relação à denominação aqui utilizada — pequena burguesia tradicional... A vitalidade apresentada, nos últimos anos, por uma miríade de pequenas lojas incluídas em centros comerciais contrastando com o declínio relativo de unidades de maior dimensão,

afirmado, durante a década de sessenta emigraram cerca de 1 200 000 pessoas e se, por outro lado, se calcular em 50 % (valor certamente subavaliado) a proporção correspondente à população com estatuto de activa, a situação descrita modifica-se substancialmente. De facto, esses 600 000 activos, na sua maioria ocupando agora uma posição de assalariado, se adicionados à população residindo no país, fariam com que os conjuntos definidos como, respectivamente, «não capitalista» e «especificamente capitalista» apresentassem valores percentuais muito semelhantes aos de 1960: 18,6 e 81,4 % contra 17,9 e 82,1 %. Se, para além disso, se tiver em conta que, como se verá, as formas de submissão formal, dentro do sector não especificamente capitalista, se encontram em franca reestruturação, não restam quaisquer dúvidas sobre a crescente penetração do capitalismo em Portugal, ao contrário do que uma leitura mais superficial da informação disponível poderia sugerir.

como os supermercados, constitui um bom exemplo dessa «nova... pequena burguesia tradicional!» Também o reforço do regresso de emigrantes poderá acentuar essa tendência, já que um dos «percursos-tipo» será, certamente, o seguinte: de camponês pobre em Portugal, terá ocupado uma posição de assalariado no estrangeiro e, ao regressar, abre uma loja ou uma unidade de prestação de serviços por conta própria ou dedica-se, ainda, à agricultura como camponês «moderno». Em qualquer dos casos, tenderá a engrossar as fileiras do sector aqui classificado globalmente como «não especificamente capitalista».

4.2) Um sector de submissão formal, internamente polarizado mas, no seu conjunto, em expansão opondo-se a um sector especificamente capitalista, intensamente atingido pela emigração e, por isso, globalmente em regressão numérica, tal é a situação analisada no ponto anterior.

No entanto, o recuo do sector patronal não se traduz apenas pelo avanço das formas não especificamente capitalistas, mas corresponde, ainda, a um crescente processo de concentração da produção. Esse processo é acompanhado por um aumento de complexidade das formas de trabalho, desde a gestão económica e técnica aos serviços mais banalizados de apoio (telefonista, porteiro, etc.), que justificam a proliferação do emprego terciário e a sua polarização interna: ao trabalho desqualificado, de carácter subalterno e recorrendo largamente à mão-de-obra feminina, opõe-se um conjunto, cada vez mais numeroso, que desenvolve sobre os primeiros relações de domínio baseadas no seu poder de decisão e de saber técnico. Não admira, pois, que o sector masculino da nova pequena burguesia tenha atingido um dos maiores acréscimos detectados (93,1 %), sobretudo se se tiver em conta a tentativa de abertura económica e política verificada a partir de meados dos anos 60 e que, naturalmente, se traduziu pelo reforço «numérico» e social daquela fracção de classe.

No seu conjunto, contudo, o aumento da nova pequena burguesia reflecte não só a crescente concentração, segmentação e complexidade do processo produtivo — o «terciário da indústria»<sup>(11)</sup>, banca e seguros, etc. — mas também, e por outro lado, a necessidade

de «reprodução alargada das condições externas gerais do desenvolvimento capitalista»<sup>(12)</sup> (administração pública, saúde, ensino) e de expansão do consumo individual<sup>(13)</sup> (comércio e serviços pessoais).

Dado o carácter dependente do nosso país e a existência generalizada de baixos salários não é de admirar que o conjunto de assalariados não produtivos, embora tendo observado um acentuado acréscimo entre 1960 e 1970, detenha ainda uma posição relativamente modesta, mesmo se comparada com países de estrutura social e económica semelhante. É o que ressalta quando se analisam os dados do Quadro V, onde se pode ver que, em 1970, a burguesia e a nova pequena burguesia em Espanha se encontram bastante mais desenvolvidas, aparentemente em detrimento do proletariado agrícola. Se se relembrar que na burguesia se inclui não só o sector patronal como ainda os altos quadros com funções dirigentes (em expansão, dado que as explorações em regime de sociedade tendem a substituir as efectuadas em nome próprio, reforçando, assim, a importância da posse do processo produtivo) parece lícito relacionar

QUADRO V

Valor percentual das várias classes sociais em Portugal e Espanha<sup>(14)</sup>

Classes sociais	Espanha 1950	Portugal 1960	Portugal 1970	Espanha 1970
Burguesia .....	4.1	6.4	3.0	6.1
Nova pequena burguesia .....	19.5	18.3	25.4	30.3
Proletariado industrial .....	23.7	32.5	35.4	35.9
Proletariado agrícola .....	32.2	30.0	16.9	8.6
Classes especificamente capitalistas .....	79.5	87.2	80.8	80.9
Campesinato .....	15.5	8.8	12.2	11.9
Pequena burguesia tradicional...	5.0	4.0	7.0	7.1
Classes não especificamente capitalistas .....	20.5	12.8	19.2	19.0

Fonte: A. Miguel (1977), I. N. E., C. Solé (1979)

(12) J. BERNARDO (1979).

(13) Não se consideraram os activos não remunerados.

(14) A. LIPIETZ (1981).

a diferença dos resultados observados com o subdesenvolvimento relativo, no caso português, dos três factores anteriormente mencionados: reestruturação do processo produtivo, condições gerais do desenvolvimento capitalista e consumo individual.

4.3) Finalmente, a feminização da força de trabalho, generalizada mas com menor incidência nos grupos dirigentes (Quadro VI), reflecte, como por várias vezes foi demonstrado, o papel económica e socialmente subalterno que é atribuído à mulher<sup>(14)</sup>.

#### QUADRO VI

População activa: número de homens por mulher — 1970

Classes e fracções de classe	Número de homens por mulher
Burguesia	9
Campesinato	7
Proletariado agrícola	5
Pequena burguesia tradicional	4
Proletariado industrial	4
Nova pequena burguesia I	2
Nova pequena burguesia II	1
Não remunerados	1

Fonte: I. N. E.

Mesmo no que diz respeito ao campesinato, onde a população feminina aumentou 137,5 % durante a década de 60, o elevado número de homens por mulher deve traduzir, entre outros factores, a dificuldade de acesso, por parte destas últimas, à *propriedade económica*, objectivamente aceite, da exploração agrícola familiar.

O alargamento da inserção da força de trabalho feminina no mercado, ultrapassando as funções que tradicionalmente lhe eram atribuídas, mais do que uma modificação no seu estatuto social

(14) A inferioridade do estatuto social atribuído à mulher vem desde logo realçada pelo facto de, como «doméstica», não ser considerada parte integrante da população activa. É exactamente no salto doméstica/outra profissão — não activa/activa que reside não só a prova mais clara do seu carácter subalterno como, ainda, a explicação do aumento generalizado da sua participação no mundo de trabalho «oficial».

(como transparece da sua participação na fracção I da nova pequena burguesia), resulta, pois, de factores fundamentalmente económicos.

Referiram-se, anteriormente, as alterações, no que respeita ao peso relativo dos dois sexos, operadas no seio do campesinato, pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia. Mas também o proletariado, nomeadamente o de origem industrial, foi afectado por mecanismos semelhantes. De facto, o aumento desmesurado de emigrantes, fazendo desaparecer as condições que permitiam a manutenção de baixos salários, e a recessão que se começa a verificar nos países capitalistas, provocando uma maior concorrência, nos mercados internacionais, de países exportadores como o nosso, não deixam de influenciar a indústria em geral e os sectores mais tradicionais em particular. Recorre-se, por isso, à força de trabalho feminino, mais barato, de modo a tentar conter a queda das taxas de lucro: é o que se verifica, a partir de meados dos anos 60, principalmente nas indústrias intensivas em trabalho, produtoras de bens de consumo para exportação (têxteis, vestuário, calçado, etc.). Simultaneamente, a instalação de unidades de capital estrangeiro, sobre tudo em torno de Lisboa, também intensivas em mão-de-obra, vem reforçar a tendência para se recorrer à força de trabalho feminina. E, como noutras casas, essa mobilidade profissional só foi possível através de intensos movimentos migratórios que assim contribuem para a articulação cada vez mais estreita de sectores e áreas desigualmente desenvolvidas em termos capitalistas.

5 — A análise evolutiva das várias classes e fracções no seu conjunto esconde, no entanto, a diferente implantação espacial que cada uma delas apresenta e, portanto, o modo como se articulam territorialmente entre si, constituindo subformações sociais regionais.

Infelizmente, e dado que a informação respeitante a 1960 e disponível por concelho se encontra insuficientemente desagregada, não é possível comparar a evolução dos padrões de distribuição de cada um dos grupos sociais considerados entre aquela data e 1970. Este ponto terá, pois, que se restringir ao estudo, inevitavelmente estático, da situação correspondente a este último ano.

Os valores dos coeficientes de variação relativos a cada uma das classes e fracções (Quadro VII) permitem, desde já, algumas observações sobre a maior ou menor homogeneidade de distribuição pelo País. Assim, e dado que essa distribuição é tanto mais heterogénea quanto mais elevado for aquele índice, pode dizer-se que a pequena

## QUADRO VII

Importância e tipo de distribuição espacial das várias classes e fracções de classe — 1970

Classes e fracções de classe	Média <sup>(15)</sup> (%)	Desvio- -padrão	Coefficiente de variação
Burguesia .....	2.36	1.37	.58
Nova pequena burguesia I .....	3.21	2.00	.62
Não remunerados .....	5.64	6.57	1.17
Pequena burguesia tradicional .....	6.94	1.74	.25
Nova pequena burguesia II .....	10.63	6.93	.65
Campesinato .....	18.68	13.74	.74
Proletariado industrial .....	24.73	16.65	.67
Proletariado agrícola .....	27.83	17.07	.61

Fonte: I. N. E.

burguesia tradicional é o grupo com implantação mais uniforme, opondo-se aos «não remunerados», fortemente concentrados a nível espacial. Curiosamente, todas as outras classes apresentam coeficientes de variação muito semelhantes, oscilando entre .58 e .74, embora, como se pode detectar pela leitura das figuras 3, 6, 7, 8 e 9<sup>(16)</sup>, possuam padrões de distribuição completamente distintos.

Definiram-se, para cada uma dessas figuras, três graus de implantação: média (valores próximos da média nacional:  $\bar{x} \pm 1/2\sigma$ ), fraca e forte (respectivamente abaixo e acima daqueles limites). A sua observação permite as seguintes considerações:

5.1) Dentro das classes não especificamente capitalistas — pequena burguesia tradicional, campesinato e «não remunerados» — a

(15) As percentagens aqui representadas correspondem à média dos valores concelhos e não à globalidade do país; daí que se afastem, por vezes consideravelmente (caso do proletariado agrícola), dos números incluídos no Quadro III, já que todos os concelhos, independentemente do total de população activa que possuem, entram com o mesmo peso. Assim, e como é natural, são sobretudo os concelhos rurais de fraca densidade populacional que contribuem, de modo exagerado, para a percentagem média final.

(16) Apenas não se representa a burguesia, dado que a informação disponível resulta de uma amostra a 20 %, aumentando consideravelmente a possibilidade de erro das percentagens muito baixas que possui. Também o facto de não se conhecer a distribuição concelhia da parcela desta classe constituída por aqueles que vivem exclusivamente dos seus rendimentos contribuiu para que a burguesia fosse excluída deste conjunto de mapas.

primeira apresenta um padrão distributivo bastante diferente das duas restantes, que, de certa maneira, se recobrem.

A implantação da pequena burguesia tradicional, dada a sua polarização interna entre formas que correspondem a diferentes estádios de desenvolvimento e a inexistência de fortes contrastes regionais, é de difícil interpretação. Na realidade, se não se estranha o facto de as capitais de distrito, com apenas uma excepção (Viseu), corresponderem a implantações médias ou mesmo fortes, dada a íntima ligação existente entre este grupo social e a expansão do consumo individual, privilegiadamente urbano, também não se admira que ocorra significativamente em pequenos concelhos rurais, em cujas sedes certas formas de trabalho isolado (tanto no comércio como na indústria) apresentam ainda condições para sobreviverem economicamente.

Faz-se, pois, sentir um conjunto de factores, que por vezes jogam contraditoriamente, mas em que a concentração do povoamento (Alentejo, por exemplo), a existência de um certo poder de compra que encaminhe o consumo individual para além dos níveis mais básicos (principais centros urbanos) e ainda certas especializações locais em tipos de comércio e ofício tradicionais (níveis de feirantes de roupa, artigos de ouro, ferro-velho, etc., cujo raio de acção se estende, por vezes, a uma parcela considerável do território nacional e que aí se concentram de acordo com uma tradição mais ou menos remota) parecem desempenhar um papel relevante.

Não deixa de ser curioso, finalmente, a existência de uma faixa de concelhos com média ou forte implantação e que se estende junto à fronteira, de Bragança e Penamacor: persistência de formas mais arcaicas, favorecidas por um certo isolamento, ou/e reflexo das trocas comerciais, nomeadamente de contrabando, com Espanha? É realmente sugestivo, nesse sentido, que o centro fronteiriço mais importante e «moderno» — Vilar Formoso — se localise precisamente no único concelho, dentro dessa faixa, onde a pequena burguesia tradicional possui fraco desenvolvimento.

O campesinato e os activos não remunerados (Figs. 3 e 4) recobrem-se, parcialmente, na sua distribuição regional, situação perfeitamente comprehensível se se tiver em conta que 86 % destes últimos pertencem ao sector agrícola. Pode, pois, deduzir-se que, pelo menos em grande parte, o trabalho não remunerado complementa o do camponês, ou seja, como afirmam E. FREITAS, J. FERREIRA DE AL-

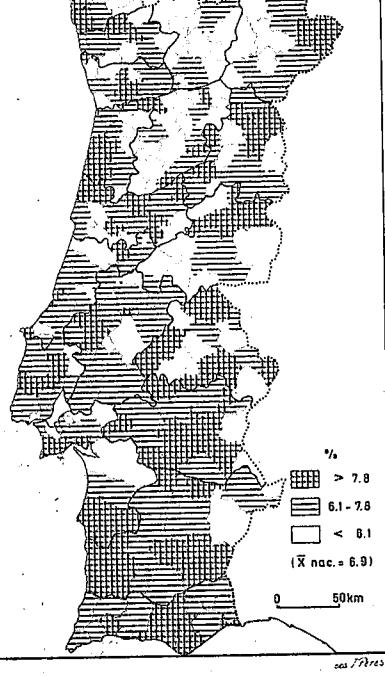


Fig. 2 — Pequena burguesia tradicional — 1970

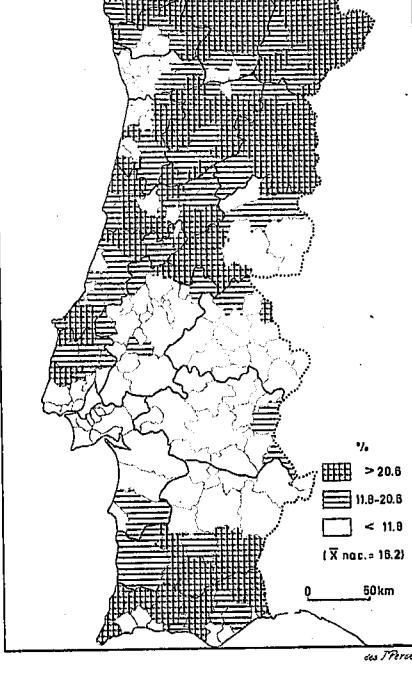


Fig. 3 — Campesinato — 1970

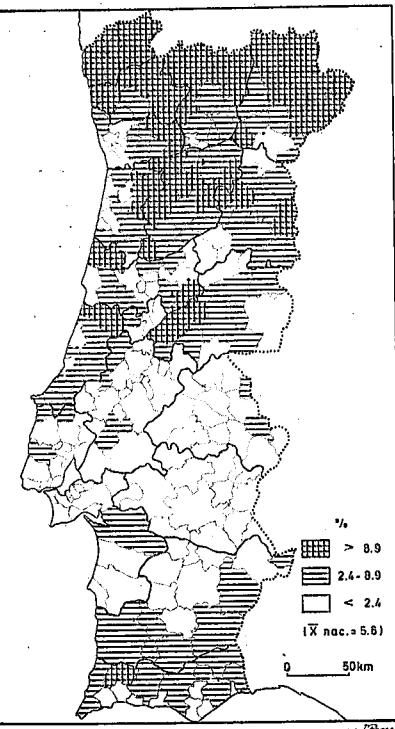


Fig. 4 — Não remunerados — 1970

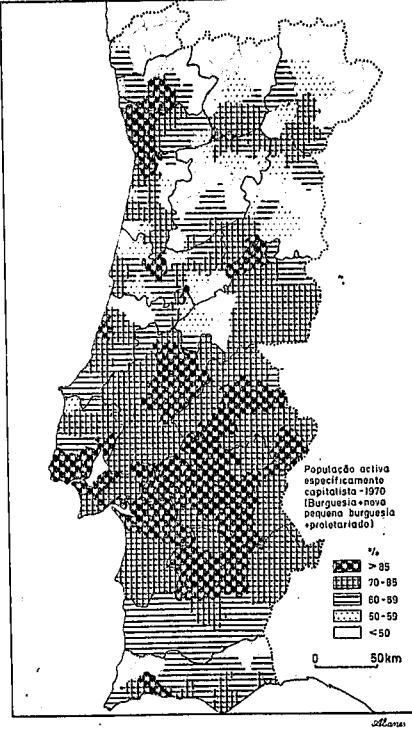


Fig. 5 — Grau de penetração das relações sociais de produção especificamente capitalistas — 1970

MEIDA e M. VILLAVERDE CABRAL (1976), que constitui uma forma de prolongamento absoluto da jornada de trabalho da família camponesa.

Embora, como no caso da pequena burguesia tradicional, a leitura da Fig. 3 seja dificultada pela ocorrência de diferentes situações sob uma mesma denominação — da exploração quase que exclusivamente voltada para autoconsumo à pequena produção mercantil organizada em termos modernos —, é sobretudo a primeira que se parece salientar. Pelo menos, a coincidência, quase sistemática, das implantações mais fortes do campesinato com áreas, mais agrestes, de planalto e montanha apontam nesse sentido: é o que se verifica no Norte do País, onde o vale do Douro se demarca negativamente de forma clara, mas também na área da Cordilheira Central, da Serra Algarvia e, mesmo, da Serra de S. Mamede. Essa relação entre a ocorrência do sector de submissão formal da agricultura e a existência de factores físicos e de acessibilidade mais desfavoráveis torna-se ainda mais notável se se considerar, simultaneamente, os concelhos com forte incidência de campesinato e activos não remunerados. Essa comparação parece, ainda, permitir distinguir as formas de exploração viradas essencialmente para autoconsumo (valores acima da classe intermédia para ambos os grupos sociais) da pequena produção voltada para o mercado (percentagens elevadas de campesinato e médias de «não remunerados»). Estariam neste último caso, por exemplo, os planaltos da Beira Alta, concelhos do litoral dos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Lisboa e o Algarve, com importante comercialização de culturas de tipo intensivo (batata, milho, vinha, fruta, produtos hortícolas), as que melhor se enquadram na exploração de tipo familiar.

Refira-se, contudo, que a ocorrência de valores elevados de campesinato com percentagens médias de «não remunerados» pode ainda, em áreas com um certo desenvolvimento industrial, corresponder a um predomínio de produção para autoconsumo. Um caso típico será aquele em que, dentro dum mesmo agregado familiar, o trabalho, certamente feminino, no campo assegura um rendimento complementar ao que é obtido por outros elementos do agregado no sector industrial. Será, com certeza, a situação que se verifica nalguns concelhos do litoral e que tenderá, mesmo, a desenvolver-se tanto mais quanto mais acentuado e difuso for o processo de industrialização.

De uma maneira geral pode, portanto, afirmar-se que a presença de activos não remunerados constitui um indicador relevante, ao per-

mitir destrinçar, dentro das formas de campesinato, aquelas que correspondem à persistência de estruturas mais arcaicas, baseadas no grupo familiar e com baixíssimo grau de desenvolvimento das forças produtivas. O seu próprio padrão de distribuição espacial confirma a marginalidade relativa — social, económica e geográfica — que o caracteriza: não deixa de ser significativo que as relações sociais de produção mais tradicionais e o menor grau de desenvolvimento das forças produtivas ocorram em áreas que, pelas suas características físicas, não só implicam valores mais baixos de produtividade como (sobretudo?) favorecem, pelo isolamento a que conduzem, uma evolução à margem da troca mercantil. Por outro lado, a diminuição do trabalho assalariado temporário, nomeadamente através do quase desaparecimento dos movimentos internos sazonais, e o aumento da dependência em relação a familiares emigrados faz com que estes grupos detenham uma posição que, em termos relativos, é cada vez mais marginal dentro da formação social portuguesa mas, paradoxalmente, menos periférica a nível internacional. Evidencia-se, pois, de novo a necessidade de uma análise mais global, que não só tivesse em conta as relações que se estabelecem entre cada uma das classes e fracções e elementos da família vivendo noutras países como estudasse a importância do fenómeno de dupla pertença (país de origem e país de trabalho/residência) que caracteriza estes últimos.

5.2) É ainda a questão da relação existente entre a marginalidade social e económica (definida em termos de maior ou menor integração no mercado capitalista) e geográfica (determinada a partir do grau de acessibilidade) que se coloca com a leitura da Figura 5, onde se cartografa, para cada concelho, a percentagem de população activa especificamente capitalista. Se a acessibilidade resulta, em grande parte, da valorização que o capital — de origem agrícola, industrial ou financeiro — imprime às várias parcelas do território (nomeadamente através do desenvolvimento de redes de transporte e comunicações)<sup>(17)</sup>, ela não deixa, por sua vez, de condicionar a posterior expansão territorial das formas capitalistas. Os vales do Douro, Mondego e Tejo constituem bons exemplos desse complexo jogo de interdependências.

<sup>(17)</sup> Daí a utilidade de se conhecerem os interesses, de carácter local ou global, que, sucessivamente, presidiram ao estabelecimento das redes de transporte e comunicações hoje existentes.

Porque se trata de áreas que, pelas suas características físicas, facilitam a obtenção de elevadas taxas de produtividade e, por isso, de lucro, cedo foram servidos por sistemas de transporte que asseguravam a sua exploração e ligação com o exterior. As actividades produtivas que assim se desenvolvem não só induzem o aparecimento de outras como exigem o melhoramento constante das condições de transporte e comunicações existentes. Daí a sucessão clássica — navegação fluvial, caminho-de-ferro, automóvel (J. GASPAR, 1970) —, conversão e complementariedade necessárias para que se assegure, de modo conveniente, a integração geográfica, social e económica dessas áreas na esfera capitalista.

A Figura 5 é, quanto a este aspecto, bastante elucidativa, nomeadamente no que diz respeito ao norte e centro do País, onde, para além da faixa litoral que se estende de Viana do Castelo a Coimbra, se distinguem nitidamente dois eixos de penetração, coincidentes com os vales do Douro e do Mondego (hoje reforçados por importantes linhas de caminho-de-ferro e rodoviárias). Não deixa, aliás, de ser assinalável a coincidência, a norte do Tejo, entre os concelhos servidos por caminho-de-ferro e aqueles onde a implantação capitalista é mais forte. Mais do que fruto do acaso, esta identificação remete para o papel que a política de transportes, e em especial a do século passado, desempenha no que se refere à penetração das formas de produção capitalista nos sectores agrícola e industrial.

Se o campesinato e os activos não remunerados são, por exceléncia, as classes mais marginalizadas (no duplo sentido socioeconómico e geográfico), o proletariado industrial e as diferentes fracções da nova pequena burguesia correspondem à situação oposta.

Dada a mobilidade das unidades secundárias e terciárias, no que respeita à sua localização, e a importância dos efeitos de aglomeração e centralidade, não é de admirar que a rede de transportes, de uma maneira geral, e a estrutura do povoamento com particular relevo para a rede urbana, em especial, constituam o substrato material indispensável para a reprodução alargada daquelas classes; na realidade, só assim o desenvolvimento «normal» do processo de concentração, segmentação e complexidade da produção se torna possível.

De facto, se a maior parte do proletariado industrial se distribui pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (esta última estendendo-se em direcção a Viana do Castelo, Amarante e Coimbra), abas da serra da Estrela, triângulo industrial Torres Novas-Tomar-Abrantes,

Leiria-Marinha Grande-Alcobaça e alguns outros casos de carácter mais pontual, a sua implantação não deixa de evidenciar o papel desempenhado por aqueles dois factores (Fig. 7). Já a nova pequena burguesia assenta, sobretudo, no segundo, isto é, apresenta-se intimamente ligada ao desenvolvimento urbano<sup>(18)</sup> (Figs. 8 e 9); outra situação não seria de esperar, dada a sua génese (apoio ao processo produtivo e ao consumo individual; reprodução das condições externas gerais do desenvolvimento capitalista).

No conjunto das várias classes, especificamente capitalistas ou não, o padrão distributivo do proletariado agrícola (Fig. 6) traduz uma situação de marginalidade intermédia e que corresponde, afinal, à posição ocupada, dentro da formação social portuguesa, por uma classe que, sendo capitalista, se insere num sector de actividade em regressão<sup>(19)</sup> e que, inclusivamente, chega ainda a assumir formas próximas das do regime fundiário de tipo senhorial.

Parece, pois, lícita a afirmação de que, dentro da sociedade portuguesa da década de 60 e tomando globalmente cada uma das classes e fracções consideradas, os diferentes graus de marginalidade social (relações sociais de produção), económica (desenvolvimento das forças produtivas) e geográfica (acessibilidade) se identificam fortemente.

<sup>(18)</sup> É o que se verifica, nomeadamente, para a fracção II. A figura referente à fracção I deve ser lida com reservas, já que as percentagens alcançadas são quase sempre muito baixas; sendo os dados disponíveis, como já se afirmou, resultantes de uma amostra a 20 %, a probabilidade de erro é considerável.

<sup>(19)</sup> Para além do decréscimo global do sector agrícola entre 1960 e 70, não se pode deixar de atribuir algum significado, sem que se caia em paralelismos exagerados, aos dados do Quadro V, sobretudo no que se refere à comparação do peso do proletariado agrícola, em 1970, para Portugal e Espanha.

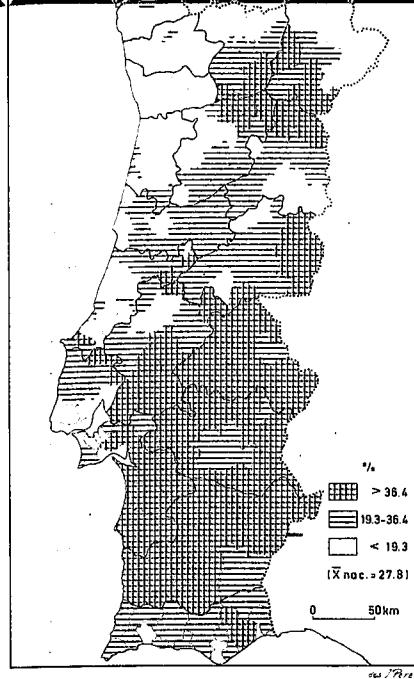


Fig. 6 — Proletariado agrícola — 1970

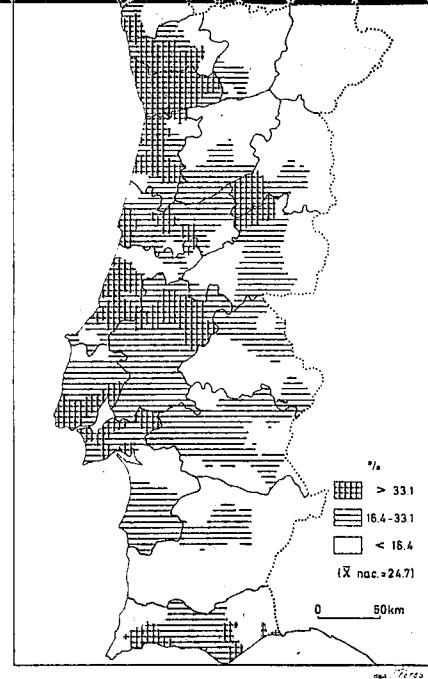


Fig. 7 — Proletariado industrial — 1970

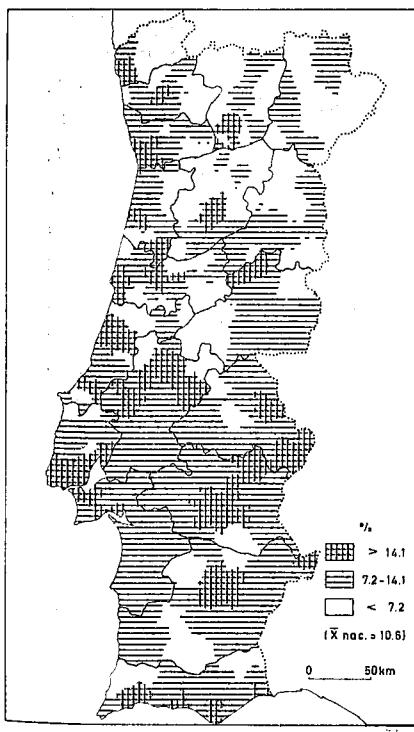


Fig. 8 — Nova pequena burguesia II  
— 1970

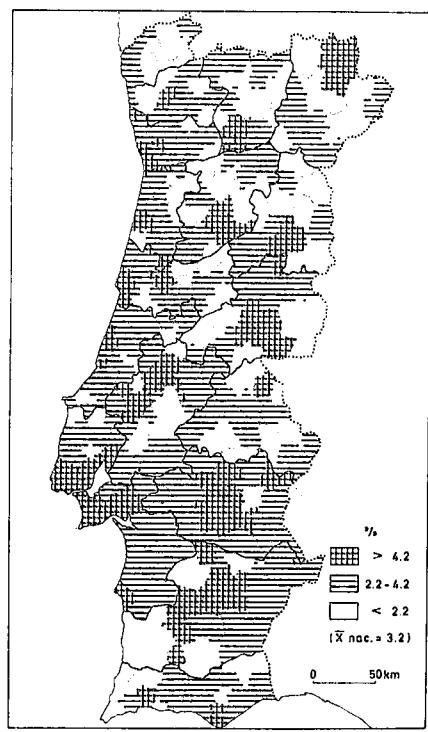


Fig. 9 — Nova pequena burguesia I  
— 1970

## II. ESTRUTURA REGIONAL DAS CLASSES SOCIAIS (1970); MARGINALIDADE SOCIAL, ECONÓMICA E GEOGRÁFICA

A leitura, não individualizada mas de conjunto, dos mapas correspondentes ao grau de implantação de cada uma das classes e fracções permite detectar diferentes combinações locais, evidenciando as ligações existentes entre a divisão territorial e social do trabalho<sup>(20)</sup>. Isto é, torna-se agora possível definir os níveis de centralidade/marginalidade social e económica de cada classe, não *per se* mas globalmente para cada um dos arranjos que localmente se constituem, e assim verificar as conexões que se estabelecem entre aquele tipo de marginalidade e o de carácter geográfico.

É o que se pretende com a Figura 10, onde se sobrepõem as manchas consideradas como de forte implantação ( $\bar{x} + 1/2 \sigma$ ) para cada uma das classes e fracções anteriormente analisadas, com apenas algumas modificações: exclui-se, por um lado, a pequena burguesia tradicional que, pela sua distribuição uniforme, não apresenta grande poder diferenciador; por outro lado, considera-se globalmente a nova pequena burguesia, não só porque existe uma forte correspondência entre as áreas onde ambas as fracções obtêm valores mais elevados mas, sobretudo, pelas restrições que se devem colocar aos resultados isolados da nova pequena burguesia I. A leitura desta figura deve ser, no entanto, cuidadosa já que, possuindo as várias classes valores médios bastante dispare, um afastamento idêntico em relação a cada uma das médias pode corresponder a valores absolutos consideravelmente diferentes. Assim, por exemplo, o resultado de 12 % ultrapassa os limites definidos como sendo de forte implantação ( $\bar{x} + 1/2 \sigma$ ) para os activos não remunerados mas fica aquém da média de todos os restantes grupos sociais. O interesse desta figura reside no facto de, resumindo a informação mais importante do conjunto de mapas individuais anteriormente analisados, realçar em que medida cada concelho se afasta dos valores detectados para o conjunto da formação social portuguesa. Na realidade, a análise destes valores globais, em-

<sup>(20)</sup> Veja-se, para exemplos de estruturas locais de classes sociais e suas tendências evolutivas, J. URRY (1981), a um nível global, e P. COOKE (1981), para um caso concreto (País de Gales). Embora referindo-se a datas mais recentes e a países mais avançados, em termos capitalistas, a sua comparação com os resultados aqui obtidos não deixa de se revelar interessante.

bora de indiscutível interesse, possui um âmbito limitado, sobretudo quando se verificam, como no nosso país, acentuados contrastes regionais; num caso extremo, poder-se-ia, mesmo, imaginar uma situação em que a estrutura de classes definida para o conjunto de uma dada formação social não encontrasse correspondência em qualquer das regiões existentes. É, afinal, essa «deformação regional» que se pretende evidenciar com a Figura 10, já que ela permite levantar a questão da desigual repartição geográfica das várias classes, ou, mais precisamente, dos diferentes tipos de «especialização» relativa de cada uma das áreas.

A polarização entre concelhos com predomínio de classes não capitalistas ou especificamente capitalistas, por um lado, e, dentro destes, em proletariado industrial (e, muitas vezes, nova pequena burguesia) e proletariado agrícola é a primeira constatação a retirar da leitura daquela figura. De acordo com a «especialização» que apresentam, podem definir-se, na generalidade, os seguintes conjuntos, arrumados no sentido de uma crescente marginalidade socioeconómica e geográfica:

### A — Nova pequena burguesia

Inclui dois tipos de casos relativamente distintos: por um lado, Lisboa (A<sub>1</sub>), por outro, algumas sedes de distrito do interior (A<sub>2</sub>).

Tratando-se da capital do país, comprehende-se que seja naquela cidade que a nova pequena burguesia atinja a percentagem mais elevada (60 %), já que aí se centraliza a maior parte das actividades não produtivas — da gestão aos serviços mais burocratizados — que asseguram não só a coordenação das várias parcelas do território como os contactos com o exterior. É o local por exceléncia das classes que baseiam a sua posição no processo produtivo em relações de poder (burguesia) e domínio (nova pequena burguesia I). Conjuntamente, alcançam quase 17 %, percentagem que seria consideravelmente mais elevada se se dispusesse do valor total de pessoas vivendo exclusivamente de rendimentos; apenas a cidade do Porto possui resultados comparáveis, embora a nova pequena burguesia II esteja aí menos desenvolvida do que na capital (43 e 48 %, respectivamente).

Já os concelhos que incluem sedes de distrito do interior, ainda que apresentem em comum com Lisboa o facto de constituir imponentes centros de gestão administrativa, embora fundamentalmente

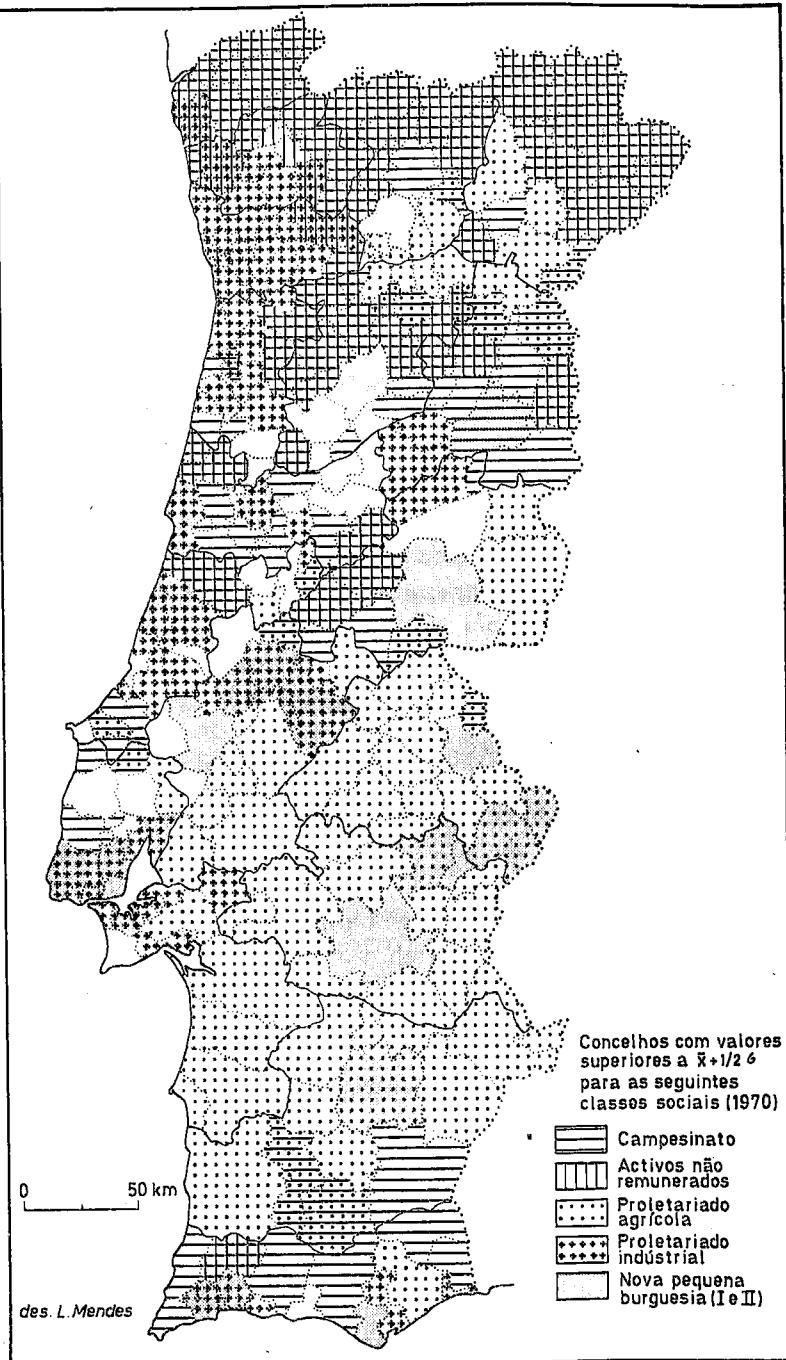


Fig. 10 — Grau de implantação das várias classes sociais  
(Valores superiores a  $\bar{x} + 1/2 \sigma$ ) — 1970

do sector público, e uma certa expansão do comércio e serviços, correspondem a áreas bastante menos avançadas em termos capitalistas: persiste uma certa importância das actividades agrícolas, inclusivamente do seu sector de submissão formal, e o processo de industrialização encontra-se ainda numa fase de crescimento muito incipiente. A sua inserção dentro da sociedade portuguesa, não só social e económica mas também geográfica (localização no interior do país), coloca-as entre os grupos B e D. Sedes de distrito como Beja e Guarda constituem versões ainda mais recuadas do mesmo tipo de situação.

#### B — Nova pequena burguesia e proletariado industrial

Revela uma íntima ligação entre os processos de urbanização e industrialização, incluindo não só as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto como as sedes de distrito e concelhos industrializados mais importantes do litoral. São áreas de valorização privilegiada pelo capital, aí se encontrando, por isso, as formas mais avançadas de produção. Não admira, pois, que tenham observado um intenso acréscimo das classes especificamente capitalistas entre 1960 e 70 (Fig. 1).

#### C — Proletariado industrial

Corresponde a concelhos com processo de industrialização difuso (em torno da área metropolitana do Porto) e/ou relativamente arcaico (têxteis da Covilhã e Castanheira de Pêra, centros conserveiros do Algarve, etc.). Num caso como no outro o predomínio de trabalho desqualificado não fomenta, grandemente, o desenvolvimento da nova pequena burguesia, na medida em que não promove a expansão das actividades terciárias de apoio ao secundário (mais facilitada através da concentração, modernização e segmentação do sistema produtivo) ou do consumo individual (pequeno poder de compra, dado os baixos salários pagos), como acontece no grupo anterior.

A coincidência, nalguns concelhos periféricos à área que se estende em torno do Porto, com valores, também acima da respectiva média, de activos não remunerados parece apontar para a articulação, dentro do agregado familiar, dos sectores de submissão formal e real. E, dado que, ao contrário do que acontece na maioria dos concelhos onde os «não remunerados» ocorrem juntamente com o campesinato,

o sexo feminino é aqui dominante, pode dizer-se que se está, mais uma vez, perante um exemplo do papel subalterno e complementar que é atribuído à mulher.

Esta articulação entre proletariado industrial e activos não remunerados reflecte, por outro lado, a existência de uma industrialização não só difusa (e, portanto, claramente ligada ao mundo rural) como recente, o que se pode confirmar através da observação da Figura 1.

#### *D — Proletariado agrícola*

Inclui áreas agrícolas com predomínio de unidades patronais de exploração directa pelo proprietário fundiário ou através de rendeiros capitalistas, mas quase sempre claramente voltadas para a comercialização. Corresponde, fundamentalmente, a dois conjuntos: um ao longo do Douro e alguns dos seus principais afluentes da margem direita, outro abarcando o Alentejo e parte da Beira Baixa. Ambos sofreram acentuados decréscimos, durante a década de 60, de população activa e especificamente capitalista, nomeadamente por parte do proletariado agrícola. Mesmo considerando que parte desse decréscimo se deve ao avanço da mecanização do processo de trabalho, parece lícito reconhecer aí um indício de marginalização que, pelo menos em termos relativos, estas áreas sofreram durante esse período; a evolução, nesses anos, da sua contribuição para o PIB é bastante reveladora quanto a esse aspecto.

#### *E — Activos não remunerados e/ou campesinato*

A existência de percentagens elevadas de ambos ou apenas do segundo permite distinguir, como já se afirmou, as áreas de campesinato pobre, praticamente à margem do mercado ( $E_2$ ), daquelas em que a pequena produção mercantil assume considerável importância ( $E_1$ ).

A excepção de alguns concelhos do litoral, que correspondem a verdadeiras bolsas de especialização de culturas intensivas como a vinha ou a batata, dispõem-se quase sempre marginalmente em relação ao grupo anterior (D). Na periferia imediata, e ao contrário do que sucede com o proletariado industrial, que coincide, por vezes, com elevados valores de activos não remunerados, o proletariado

agrícola ocorre conjuntamente com o campesinato: mais do que complementaridade de trabalho dentro do agregado familiar, essa situação deve corresponder à coexistência de diferentes formas de produção, podendo, assim, verificar-se uma transição mais ou menos gradual entre as áreas de tipo E e D.

Refira-se, finalmente, o escasso número de concelhos que apresentam uma estrutura de classes semelhante à do país (a branco, na Figura 10), distribuídos ao longo de uma faixa, extremamente heterogénea, que separa dois grandes sistemas identificáveis em Portugal: a parte norte, organizada a partir da cidade do Porto e tendo por eixo o rio Douro, e em que a crescente marginalidade geográfica se vai traduzindo na perca de importância das classes especificamente capitalistas a favor das formas de submissão formal (observando-se, assim, uma sucessão de áreas de tipo  $B \rightarrow C \rightarrow D \rightarrow E$ ) e a área compreendida entre a Cordilheira Central e a Serra Algarvia onde, embora de forma menos clara, é possível referir, mesmo assim, a sequência  $A \rightarrow B \rightarrow D \rightarrow E$ . Num caso como no outro, a extensão dos dois últimos tipos de áreas encontra-se fortemente condicionada por factores físicos, nomeadamente no que diz respeito ao relevo<sup>(21)</sup>. Mas, mais do que isso, a extensão de cada um dos tipos previamente apresentados (repare-se, por exemplo, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e na auréola de industrialização que se desenvolve em torno desta última, ao contrário do que acontece em relação à capital) traduz a existência de modalidades e graus distintos de penetração do capitalismo, não só pelo diferente peso que cada uma das classes alcança como, ainda, pelas características que, internamente, assumem (o que é exactamente o mesmo, já que cada classe só existe pelas relações que estabelece com as restantes). O melhor exemplo é, certamente, o que diz respeito ao processo de industrialização dominante em torno de cada uma das duas cidades, mas a mesma observação parece poder aplicar-se aos restantes sectores de actividade.

Cobrindo, pois, todas as oposições tradicionalmente referidas — rural/urbano, litoral/interior, norte/sul — o conhecimento das estruturas regionais de classe permite ir mais longe, deixando adivi-

<sup>(21)</sup> A identidade que assim se verifica entre condições físicas e tipo de relações sociais de produção dominantes, longe de revelar um qualquer determinismo, apenas reflecte o atraso do capitalismo português, sobretudo no sector da agricultura.

nhar o modo como o capitalismo foi moldando o território nacional. Nesse aspecto, o Norte do país pode considerar-se modelar, embora as combinações que se vão observando quando se caminha, no Sul, do litoral para o interior não deixem de ser igualmente elucidativas.

É o que se pretende evidenciar mais uma vez, agora recorrendo à Figura 11, onde se apresenta uma tipologia de concelhos de acordo com o número e tipo de classes que, em cada um deles, ultrapassa o limite de 20% da população activa. A sua observação complementa a do mapa anterior: por um lado, porque o valor de

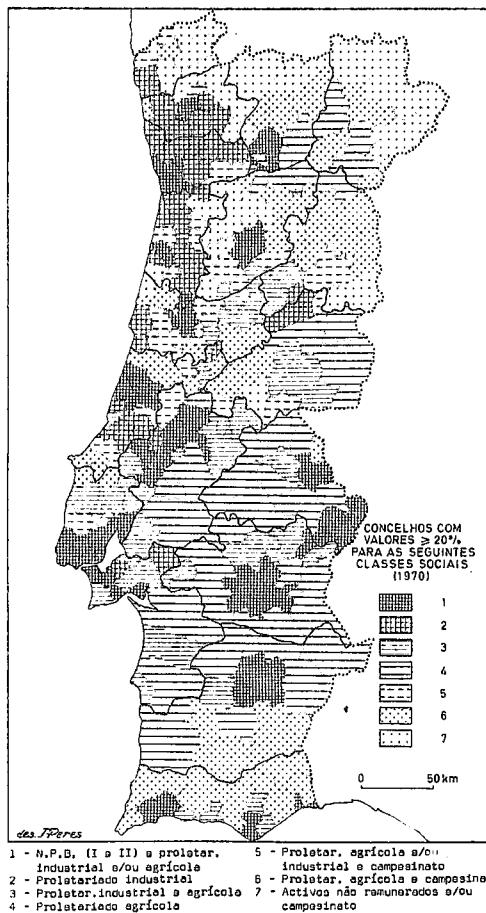


Fig. 11 — Grau de implantação das várias classes sociais (Valores  $\geq 20\%$ ) — 1970

referência é agora uniforme para todas as classes e não em função das respectivas médias, o que possibilita uma leitura mais directa (22); por outro, porque não realça suficientemente os casos em que o grupo com média mais baixa (activos não remunerados) alcança valores significativamente elevados sem que, contudo, atinja os 20%.

A semelhança é, no entanto, flagrante, merecendo apenas destaque a auréola que se desenvolve em torno da área metropolitana de Lisboa, de Torres Vedras a Palmela, e a transição, agora ainda mais clara, do proletariado agrícola do Douro para as formas camponesas da Terra Fria. Pode, pois, dizer-se que a vantagem desta figura sobre as anteriores se resume, praticamente, a realçar as áreas de transição, pelo que as situações-típos inicialmente apresentadas mantêm todo o seu interesse.

A título exemplificativo, expõem-se, por isso, as estruturas de classes referentes a concelhos susceptíveis de serem classificados como característicos de cada uma dessas situações (Quadro VIII).

#### QUADRO VIII

Exemplos de estruturas de classes de algumas situações-típos

Classes e fracções de classe	SITUAÇÕES-TIPOS						País (%)
	A1 (Lisboa) (%)	B (Gondomar) (%)	C (V. N. Famalicão) (%)	D (Avis) (%)	E1 (Pinhel) (%)	E2 (Boticas) (%)	
Nova pequena burguesia	59.8	25.0	13.3	9.5	5.8	2.1	24.3
Proletariado industrial...	27.5	59.1	66.8	11.4	7.5	1.1	34.0
Proletariado agrícola ...	.5	1.8	4.5	66.6	27.0	7.3	16.2
Campesinato .....	.1	2.2	4.4	3.7	43.3	53.6	11.7
Activos não remunerados .....	.2	1.5	3.6	1.2	6.0	32.6	4.1

Fonte: I. N. E.

(22) Em situações extremas podia acontecer, na Figura 10, que a única classe que se afastava significativamente da respectiva média não fosse, numericamente, a mais importante. Era o que se verificava nalguns concelhos da Serra Algarvia, onde apenas o campesinato se destacava claramente, já que o proletariado agrícola, embora dominante, apresentava valores próximos da média nacional.

Este quadro constitui, afinal, o resumo de tudo o que se afirmou, nomeadamente no que respeita à necessidade de se proceder à indentificação e delimitação de subformações regionais e de se analisar o modo como elas se articulam com a existência de diferentes modalidades e graus de penetração do capitalismo. Trabalho que, evidentemente, não é fácil e que, por isso mesmo, aponta para a necessidade de um maior aprofundamento, teórico e empírico, deste campo de investigação.

## ANEXO I

Relação entre a classificação do I. N. E. relativa à população residente activa com profissão\* e as classes e fracções de classe definidas — 1960

Grupos sócio-profissionais		Classes e fracções de classe
Agricultores	Patrões Isolados N. E.	Burguesia Campesinato Proletariado agrícola
Patrões não agrícolas	Industriais Comerciantes De transportes, serviços e N. E.	Burguesia Burguesia Burguesia
Isolados não agrícolas	Industriais Comerciantes De transportes, serviços e N. E.	Pequena burguesia tradicio- nal Pequena burguesia tradicio- nal Pequena burguesia tradicio- nal
Trabalhadores por conta de outrem	Profissões liberais e simila- res Directores de empresas e chefes de serviço Empregados N. E. Mestres, condutores, ope- rários especializados e qualificados Operários N. E. Trabalhadores de serviços domésticos, pessoais e si- milares	Nova pequena burguesia I Burguesia Nova pequena burguesia II  Proletariado industrial Proletariado industrial Nova pequena burguesia II

\* X Recenseamento Geral da População, tomo V, vol. 3.º, 1960, Quadros 3 e 6.

## ANEXO 2

Relação entre a classificação do I.N.E. relativa à população residente activa com profissão\* e as classes e fracções de classe definidas — 1970

Situação na profissão	Patrões	Isolados	Assalariados
Grupos de profissões			
0/1 Profissões científicas e liberais	Burguesia	Burguesia <sup>(23)</sup>	N. B. P. I
2 Quadros superiores	Burguesia	Burguesia	Burguesia
3 Empregados de escritório 30, 35, 36 outros	Burguesia	P. B. T. Burguesia	N. B. P. I N. B. P. II
4 Comerciantes e vendedores 41, 42 outros	Burguesia	P. B. T. Burguesia	N. B. P. I N. B. P. II
5 Trabalhadores especializados de Serviços 50, 51, 52 outros	Burguesia	P. B. T. Burguesia	N. B. P. I N. B. P. II
6 Agricultores, pescadores e afins 60 outros	Burguesia	Campesinato Burguesia	N. B. P. I Proletariado agrícola
7/8/9 Operários não agrícolas 70 outros	Burguesia	P. B. T. Burguesia	N. B. P. I Proletariado industrial

\* 11.º Recenseamento da População, 2.º vol., 1970, Quadro 23 (Estimativa a 20 %).

P. B. T. — Pequena burguesia tradicional; N. P. B. — Nova pequena burguesia.

<sup>(23)</sup> Dada a sua situação de isolados, os elementos deste conjunto deveriam ser classificados como pertencentes à pequena burguesia tradicional. Contudo, o facto de mais de 60 % corresponder a arquitectos, engenheiros, médicos e juristas sugere não só uma certa inadequação classificativa como ainda a possibilidade de recurso, mais ou menos regular, a mão-de-obra assalariada ou mesmo não remunerada. Daí que se tenha optado, ainda que com certas dúvidas, por aproximar-lhos da condição de patrão e, por isso, considerá-los como constituindo uma das fracções da burguesia.

## BIBLIOGRAFIA

- BERNARDO J. (1979) — *O Inimigo Oculto*. Afrontamento, Porto.
- COOKE, P. (1981) — «Tertiarisation and Socio-spatial Differentiation in Wales». *Geoforum*, vol. 12, n.º 4, p. 319-330.
- FERREIRA DE ALMEIDA, J. (1981) — «Alguns Problemas da Teoria das Classes Sociais». *Análise Social*, vol. XVII (66), p. 231-251.
- FREITAS, E. (1973) — «Polarização das Relações Sociais em Portugal: 1930-1970». *Análise Social*, vol. X, n.º 39, p. 494-507.
- FREITAS, E., FERREIRA DE ALMEIDA, J., VILLAVERDE CABRAL, M. (1976) — *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura — Estruturas Agrárias em Portugal: 1950-70*. Editorial Presença, Lisboa.
- GASPAR, J. (1970) — «Os Portos Fluviais do Tejo». *Finisterra*, vol. V, n.º 10, p. 153-204.
- LIPIETZ, A. (1979) — «Inter-Regional Polarisation and the Tertiarisation of Society». Comunicação apresentada ao 19th European Congress of the Regional Science Association, Londres.
- MEDEIROS, F. (1976) — «Capitalismo e Pré-capitalismo nos Campos em Portugal, no Período entre as Duas Guerras». *Análise Social*, Vol. XII, n.º 46, p. 288-314.
- MEDEIROS, F. (1978) — *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. A Regra do Jogo, Lisboa.
- MIGUEL, A. (1979) — *Recursos Humanos, Clases y Regiones en España*. Cuadernos para el Diálogo, Madrid.
- MOZZICAFREDO, J. (1981) — «Sobre a Teoria das Classes Sociais: as Contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, p. 5-46.
- POULANTZAS, N. (1968) — *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Ed. F. Maspero, Paris.
- POULANTZAS, N. (1974) — *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*. Ed. du Seuil, Paris.
- REY, P.-Ph. (1973) — *Les Alliances de Classe*. Ed. F. Maspero, Paris.
- RAMIRO DA COSTA (1975) — *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*. Assírio e Alvim, Lisboa.
- SEDA NUNES, A., MIRANDA, D. (1969) — «A Composição Sócial da População Portuguesa». *Análise Social*, vol. VII, n.º 27/28, p. 333-381.
- SOLÉ, C. (1979) — «Aproximació a l'Estudi de les Classes Sociales a Catalunya». *Papers, Revista de Sociologia*, n.º 12, p. 27-36.
- TEIXEIRA DE SOUSA, A., FREITAS, E. (1974) — *Subsidio para uma Análise da População Activa Operária em Portugal*. Cadernos G.I.S., Lisboa.
- URRY, J. (1981) — «Localities, Regions and Social Class». *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 5, n.º 4, p. 455-574.

## RÉSUMÉ:

*Evolution et structure régionale des classes sociales au Portugal (1960-70).* L'emploi des trois oppositions fondamentales (existence/inexistance de propriété économique et/ou possession; travail productif/improductif et travail intellectuel/manuel) développés par N. POULANTZAS a permis, dans une première phase, la distinction entre 7 classes et fractions de classe: bourgeoisie, nouvelle petite bourgeoisie I et II, prolétariat agricole et prolétariat industriel (typiquement capitalistes), paysannerie et petite bourgeoisie traditionnelle (non spécifiquement capitalistes) à laquelle on a ajouté encore un groupe constitué par l'ensemble des actives non rémunérées.

On caractérise ensuite l'évolution générale des diverses classes et fractions entre 1960 et 1970 en soulignant surtout les aspects suivants: avance accentuée des classes et des fractions non capitalistes et le recul simultané des formations typiquement capitalistes qui, cependant, son l'object d'un processus croissant de polarisation et de concentration; l'avance, toutefois moins marquée, de l'ensemble des assalariés non productifs également accompagnée par une polarisation interne croissante; la plus grande proportion de force de travail féminine avec une particulière incidence dans les groupes non capitalistes ou capitalistes subalternes et enfin une croissante différenciation dans le secteur non capitaliste correspondant à des états distincts d'évolution.

Finalement, on analyse le degré d'implantation spatiale de chacune des classes ou fractions en mettant en évidence la relation existente entre «marginalisme» sociale, économique et géographique et on termine par une proposition de typologie à l'échelle du «concelho», fondée sur les structures de classes existantes cherchant à identifier des sub-formations régionales plus ou moins nettes.

## SUMMARY

*Evolution and regional structure of social classes in Portugal (1960-70).* The identification of seven classes and fractions of class was possible, at a first stage, by the use of three fundamental opposite concepts (existence/nonexistence of economic property and/or ownership, productive/nonproductive work and intellectual/manual work) developed by N. POULANTZAS. These classes and fractions are: bourgeoisie, new petit-bourgeoisie 'I and II, agricultural proletariat (specifically capitalist), peasants and traditional petit-bourgeoisie (not specifically capitalist); another group joined this classification, the group formed by the non-paid workers.

The characterization of the general evolution of the classes and fractions of class between 1960 and 1970 has special reference in the following aspects: important progress of the non-capitalist classes and fractions with subsequent recess of the specifically groups which, in the meantime, show an increasing process of polarization and concentration; progress of the nonproductive waged laborers, although not as important as above, but with an equally clear internal

polarization; increase in the feminine labour force, in percentages, especially important in the non-capitalist and subsumed capitalist groups; and finally an increasing differentiation within the non capitalist sector, corresponding to different evolutionary stages.

The analysis of the degree of spatial distribution of every class and fraction of class enhances the existent relationships among social, economic and geographical «marginality». The conclusion proposes a typology of «concelhos», based upon existent class structures and identifying more or less clear regional sub-formations.